



## UM “CLUBE DA FÁBRICA” E UM “CLUBE DE FÁBRICA”: O FUTEBOL NOS ARRABALDES DE BANGU E ANDARAÍ (1910)

---

**Nei Jorge dos Santos Junior**

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo compreender o processo de organização dos clubes fabris e seus progressivos e dependentes relacionamentos com as empresas às quais estavam vinculados, notadamente Bangu e Andarahy. Inicia-se buscando evidenciar a importância das fábricas na construção e estruturação desses bairros. No segundo momento, o esforço se concentra em explorar a relação dependente entre a fábrica e o clube, responsáveis não somente pela reestruturação do seu aspecto geográfico, mas, sobretudo, pela reconfiguração no tempo de lazer.

**Palavras-chave:** futebol fabril; Andarahy; Bangu.

### INTRODUÇÃO

Os primeiros momentos do futebol na cidade do Rio de Janeiro, na transição dos séculos XIX e XX, foram marcados por uma série de interesses e representações que relacionavam o esporte inglês, inicialmente presente no âmbito das elites, à formação de um novo modelo de cidadão, em um quadro social em que se adotava a Europa como parâmetro cultural para a recém-instaurada República brasileira. Clubes como Fluminense Football Club (RJ), Club Atlético Paulistano (SP), Associação Atlética do Mackenzie College (SP), Paysandu Cricket Club (RJ), entre outros, mantinham tal tradição elitista e, por isso, caracterizavam-no como símbolo de elegância e sofisticação (SANTOS JUNIOR, 2012).

No entanto, logo a própria dinâmica de desenvolvimento pôs em xeque a marca elitista dos primeiros anos. Com o entusiasmo causado pelo esporte na cidade e sua difusão pelos subúrbios da capital<sup>1</sup>, não permitiriam mais caracterizá-lo como

---

<sup>1</sup> Esse fato se dá com a criação de clubes formados por rapazes de classe média, como também por empregados de fábricas e moradores de bairros populares como: The Bangu Athletic Club (1904), Andarahy Athletic Club (1909), Sport Club Mangueira (1906), Cascadura F. C. (1906), Club Atlético Méier (1906), Brasil Athletic Club (1906), Esperança Athletic Club (1907) (CORREIO DA MANHÃ, 1906, 1907; GAZETA DE NOTÍCIAS, 1907; O PAIZ, 1906a, 1906b).

uma prática restrita a grupos de esportistas da Zona Sul. O futebol rapidamente ganhava proporções diferentes da imagem de distinção social desejada pelos *sportsmen*, tornando-se cada vez mais patente a participação de negros e trabalhadores.

Seus novos admiradores, agrupados em centros esportivos formados nos subúrbios ou em seus locais de trabalho, começavam a fazer do esporte bretão um importante meio na construção de elos de sociabilidade. Nesse momento, o futebol transformava-se de elemento de diferenciação em uma prática que, admirada por muitos, ganharia uma força social somente experimentada até então por eventos como o carnaval – que já conseguia há tempos atrair parcelas muito diferentes da população da cidade do Rio de Janeiro.

Com vistas ao sucesso, inúmeras equipes foram formadas com o apoio das companhias. Seus administradores perceberam que o esporte estimulava os trabalhadores. A vitória no futebol aumentaria o orgulho do trabalhador pelo clube e pela empresa dos quais fazia parte. Dessa forma, diferentes companhias passaram a incentivar a prática entre seus empregados, acreditando que o sentimento de integração poderia, assim, reduzir os conflitos no local de trabalho, o que possivelmente otimizaria a produção (ANTUNES, 1994).

O corpo de diretores da empresa passou a subsidiar as atividades das agremiações; por exemplo, oferecendo um terreno de propriedade da companhia para a construção do campo de futebol e a instalação da sede social ou, então, colaborando para o pagamento de aluguéis (ANTUNES, 1994). A fábrica ainda cedia ao clube uma quantia em dinheiro, “a fim de complementar seu orçamento, que incluía despesas com conservação e limpeza da sede social e do campo, pagamento de impostos, energia elétrica, limpeza dos uniformes, transporte de jogadores e outras” (ANTUNES, 1994, p. 105).

Em retribuição ao apoio dado pelas fábricas, na maior parte das vezes desenvolver-se-ia uma posição de consideração por parte dos membros dos clubes no que tange aos desejos de seus diretores. No Bangu Athletic Club, essa postura se aplicava de forma muito clara, explícita até mesmo em seus estatutos, como se pode perceber no artigo quatro: “que o presidente honorário do clube será sempre o diretor gerente da Comp. Progresso Industrial do Brasil, que será consultado em todas as resoluções tomadas pela diretoria estranha a estes estatutos” (DIÁRIO OFICIAL, 1918, p. 2510).

Por outro lado, algumas empresas assumiriam uma postura mais reservada. A Fábrica Cruzeiro, por exemplo, procurava não se confundir com o Andarahy Athletic Club. A escolha da presidência, assim como do corpo de dirigentes, ficava por conta dos sócios, ainda que de um corpo específico, o que indicava certa interferência indireta dos dirigentes da fábrica. Em termos genéricos, o Bangu seria um “clube da fábrica” e o Andarahy um “clube de fábrica” (RODRIGUES FILHO, 2003).

De fato, as agremiações fabris marcavam a difusão da prática e o acesso mais direto ao futebol entre as camadas populares. Entre elas, destacam-se o Bangu Athletico Club e o Andarahy Athletic Club, instituições que gozavam de forte identificação local, relacionada ao ambiente fabril que se constituía num importante objeto de identidade entre o bairro e o clube.

Nesse sentido, compreender as transformações ocorridas nos bairros de Bangu e Andaraí, assim como nos seus respectivos clubes, mostra-se de suma importância, sabendo que essas mudanças interferem, condicionam e ajudam a produzir um estilo de vida. Os exemplos dessas agremiações são indícios de como os clubes esportivos ocupam um lugar de destaque dentro dos bairros. Essa compreensão se fortalece se entendermos que o bairro é um domínio do ambiente social ao constituir para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, sente-se reconhecido. O bairro inscreve-se na história do sujeito como a marca de uma pertença indelével na medida em que é a configuração primeira, o arquétipo de todo processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana pública (MAYOL, 1996).

Diante disso, levando em conta que tais manifestações são expressões das tensões observadas no processo de consolidação do futebol na cidade do Rio de Janeiro, bem como um importante elemento de ressignificação feito por membros dos mais diversos segmentos sociais, este trabalho tem por objetivo compreender o processo de organização dos clubes de fábricas e seu progressivo e dependente relacionamento com as empresas às quais estavam vinculados, notadamente Bangu e Andarahy.

O recorte temporal adotado (1910) coincide com uma série de investimentos feitos pelas fábricas (Fábrica Cruzeiro e Companhia Progresso Industrial do Brasil), não somente nas agremiações com que se relacionavam, como também nos bairros em que residiam, dando um tom peculiar à relação entre clube-bairro-trabalho.

Para analisar as experiências dos dois clubes, suas semelhanças e dessemelhanças, busca-se lançar mão da comparação como método investigativo. De acordo com Barros (2007), a história comparada consiste na possibilidade de se examinar sistematicamente como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais distintas, duas estruturas situadas no espaço e no tempo, dois repertórios de representações, duas práticas sociais, duas histórias de vida, duas mentalidades e assim por diante.

Victor Melo fala-nos sobre os problemas que surgem na utilização do método comparativo:

[...] não estabelecer uma das sociedades analisadas como “padrão”, o que levaria o historiador a incorrer no equívoco do etnocentrismo; evitar os anacronismos, o que não significa abandonar a visão analítica e crítica do pesquisador, mas, sim, não estabelecer um conceito de uma época

como padrão para julgar outro período histórico; ter cuidado com as especificidades das sociedades estudadas, evitando ao máximo confundir semelhanças superficiais com analogias profundas, bem como só identificando diferenças, sem que isso possa servir para aprofundar os olhares sobre o estudado (MELO, 2007, p. 21).

Para isso, atentamos para as considerações teóricas de Marc Bloch (1993) como requisitos fundamentais para se constituir uma história comparada. Sua conclusão é a de que dois aspectos irredutíveis seriam indispensáveis: de um lado, uma similaridade dos fatos, de outro, certas dessemelhanças nos ambientes em que esta similaridade ocorria.

A vantagem de comparar esses dois clubes contíguos está precisamente em abrir a percepção para as influências mútuas, o que nos coloca em posição favorável para questionar falsas causas locais e esclarecer, por iluminação recíproca, as verdadeiras causas, inter-relações ou motivações internas e externas de um determinado fenômeno (BARROS, 2007). Assim, os traços fundamentais de um clube expressariam a particularidade do outro, dando a perceber as ausências de elementos singulares quanto às variações de intensidade relativas à mútua presença de algum elemento em comum.

## **QUANDO A FÁBRICA CRIA O BAIRRO**

O processo de urbanização do bairro Andaraí seguia, em meados do século XIX, o modelo já aplicado na cidade do Rio de Janeiro. Esse modelo, considerado pelo geógrafo Mauricio Abreu uma crescente “estratificação social do espaço”, teve como consequência a “elitização dos espaços urbanos centrais”, dotando-os de melhor infraestrutura urbana e reservando-os para moradia das camadas médias e altas da população, enquanto expulsava as camadas de baixa renda para as periferias (ABREU, 1997).

Por consequência dessas transformações, o bairro se tornava um espaço dualista, com um centro e uma periferia. Assim, ao passo que a Tijuca, Vila Isabel e, depois, o Grajaú, em sua configuração original (o loteamento da Companhia Brasileira de Imóveis e Construções), eram valorizados enquanto bairros residenciais, o Andaraí era reorganizado como bairro operário, passando a concentrar as novas fábricas, vilas operárias e moradias populares que então se construam.

A região reunia os elementos necessários para o processo de industrialização, inclusive um sistema regular de transporte e o preço relativamente mais baixo dos terrenos. Entre as fábricas que se instalaram no bairro, uma se destacaria por suas ações: a Fábrica Cruzeiro, administrada pela Companhia América Fabril.

Inaugurada oficialmente em 20 de janeiro de 1896, dia de São Sebastião do Rio de Janeiro, a Fábrica Cruzeiro atraiu para a região do Andaraí convidados ilustres:

o presidente da República, ministro de Estado, autoridades municipais, diretores de bancos e a imprensa, todos interessados na implementação da moderna fábrica no subúrbio da capital.

Sua compra, ainda em 1891, momento em que começavam a se fazer sentir os efeitos da especulação desenfreada e as primeiras falências de empresas formadas na euforia inicial do encilhamento<sup>2</sup>, deu-se de forma vantajosa, resultado de uma estratégia econômica bem-sucedida, pela forma e o momento em que foi adquirida (WEID, 2009).

Além do imóvel localizado na Rua Barão de Mesquita, o grupo de investidores adquiriu também uma fábrica em início de construção pelo preço de 80 contos de réis e os maquinismos de fiação pela quantia de 200 contos de réis. Completando a operação, a companhia América Fabril ainda pagou ao Banco do Brasil uma letra de 20 contos de réis, pertencente à empresa vendedora, contabilizando, portanto, um total de 300 contos de réis (WEID; BASTOS, 1986).

A fim de maximizar sua produção, a Fábrica Cruzeiro procurou utilizar os serviços de transportes públicos da região. Os serviços de ferro-carris do bairro pertenciam à Companhia Ferro-Carril Vila Isabel, com a qual a Fábrica Cruzeiro assinou, em 1893, um contrato regulamentando o tráfego dos seus vagões. Conforme apontam Weid e Bastos (1986), o acordo delimitava um perímetro que se estendia da fábrica até a Praça da Constituição, permitindo aos vagões de carga e aos animais de tração transportar apenas materiais de construção, máquinas, combustível e matérias-primas, além da produção da fábrica. Por outro lado, era proibido o transporte de seus trabalhadores, excluindo aqueles estritamente necessários à locomoção das mercadorias.

No entanto, os avanços na reestruturação do bairro não se limitavam aos serviços de transporte. A estratégia executada pela fábrica se caracterizava pela tentativa de solucionar os problemas relacionados à permanência, ao controle e à formação de força de trabalho. Assim, o recurso às vilas operárias e, posteriormente, à adoção de uma política de cunho social possibilitou à Fábrica Cruzeiro dispor de mecanismos de controle sobre sua mão de obra que transcendiam aquele exercido apenas ao nível da jornada laboral.

Paralelamente à assinatura de contratos com firmas imobiliárias particulares, a fábrica ainda enviou pedidos de licença à Prefeitura para realização de obras de saneamento e de infraestrutura que facilitassem a construção de moradias para seus empregados. As casas para os operários da Fábrica Cruzeiro, cuja construção foi

---

<sup>2</sup> O período do Encilhamento caracterizou-se por uma política governamental de emissões de papel-moeda, de facilidade de crédito e de alterações na Lei das Sociedades Anônimas que favoreceram os investimentos industriais, dinamizando o mercado.

iniciada ainda em 1894, localizavam-se próximas à empresa, nas ruas Barão de Mesquita, Barão de Bom Retiro, Leopoldo, Paula Brito, Barão de São Francisco, Teodoro da Silva e Visconde de São Vicente; todas no bairro do Andaraí.

Ainda em 1894, foi assinado um contrato para construção de 100 casas para operários da fábrica. Dois meses depois, a fábrica fazia um contrato com o construtor Manuel Pereira para edificação de 42 casas, conforme as plantas aprovadas pela Prefeitura. Três meses mais tarde, apesar da crise, achavam-se concluídas as residências e o muro de isolamento da fábrica, além da casa do gerente e das oficinas, obras consideradas indispensáveis para estruturação da vila operária (JORNAL DO COMMERCIO, 24 de setembro de 1897).

As casas eram separadas por muros, possuíam um jardim a sua frente e um quintal nos fundos, dispoendo no seu interior de uma vasta sala, seguida por um corredor para onde convergiam três quartos e uma cozinha. Havia também as residências da chamada Vila Britânica, que abrigava os mestres ingleses, localizada na Rua Barão de Mesquita, bem próximo à entrada da Fábrica Cruzeiro, com uma arquitetura singular de chalés avarandados que a distinguiu das demais construções da Companhia.

Outras vilas operárias também foram construídas no bairro, como a Vila Maxwell e a Vila Senador Soares (ambas em torno da fábrica de tecidos Confiança Industrial), além de outra ligada à Fábrica de Projéteis de Artilharia. Vale ressaltar que essa não era uma prática usual no Rio de Janeiro. A alternativa de moradia mais comum para os trabalhadores eram as habitações coletivas e, com sua destruição, as favelas.

As vilas foram construídas para aproveitar as vantagens fiscais e os privilégios que o governo imperial oferecia, desde 1882, com o objetivo de eliminar os cortiços e estalagens considerados insalubres. As empresas que construíssem “casas higiênicas” para seus operários receberiam o benefício, além de constituir uma forma de controle e disciplinarização fora do espaço fabril.

Tais mecanismos foram progressivamente desenvolvidos e institucionalizados, manifestando-se de forma direta no cotidiano dos trabalhadores em vários aspectos: na moradia; na educação, por meio da construção de escolas primárias para trabalhadores e familiares, e no lazer, na criação de agremiações que promoviam bailes, piqueniques, passeios, jogos de futebol, sessões de cinema e teatro.

As fábricas localizadas no Andaraí atraíram trabalhadores que não encontraram moradia em outras vilas operárias nem tinham condições de arcar com o preço dos aluguéis no próprio bairro ou mesmo em alguns bairros do subúrbio servidos pelos ramais de trem. Concentrando fábricas e moradias populares, a imagem do Andaraí foi se cristalizando como um bairro proletário, que se destacava dos bairros residenciais em seu entorno.

O bairro Bangu teve uma trajetória similar ao do Andaraí. A região era basicamente rural, fazia parte da freguesia de Realengo, que foi desmembrada da paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, formada por fazendas que se dedicavam à produção de açúcar, aguardente e produtos que se destinavam à exportação pelo porto de Guaratiba, bem como ao mercado interno. Com a Proclamação da República, um novo fator veio alterar a condição exclusiva da agricultura da região: a construção de uma fábrica de tecidos.

Morgan Snell, engenheiro que participara no aumento da extensão do ramal de Santa Cruz, tinha um projeto de instalação de uma fábrica de tecidos e saiu oferecendo-o a quem tivesse capital para viabilizá-lo, apresentando sua suntuosa fábrica como um excelente investimento, em plena crise da economia agroexportadora (FREITAS, 2005). Esse momento, associado ao declínio da burguesia comercial tradicional, que financiava a colheita do café, da borracha e do açúcar, marcava o crescimento de uma nova burguesia comercial, interessada em investir em transportes e na indústria. Por sua vez, essas atividades, apoiadas pelo governo, também eram favorecidas pela abertura de crédito às mesmas; pela desvalorização da moeda, que dificultava a importação de mercadorias, mas não a de máquinas e tecnologia; pela integração do mercado de mão de obra; pelo aumento do mercado consumidor, em virtude da Abolição da Escravatura e pela migração dos trabalhadores rurais para a cidade, barateando os salários (LOBO, 1978).

Nessa caminhada, o engenheiro deparou com os banqueiros Conde de Figueiredo e Comendador Manoel Salgado Zenha, que decidiram financiar o projeto. Assim, em 1889 foi constituída a Companhia de Progresso Industrial do Brasil com a finalidade de construir uma fábrica de tecidos com 1.200 teares.

A construção da fábrica teve, em Bangu, um papel fundamental no desenvolvimento da região. A empresa rapidamente transformava as características do bairro, passando este de rural a urbano-fábril. Como afirma Silva (1985, p. 879), “a partir deste momento estava lançado o bairro”. Esse é um fator importante para compreendermos o impacto das suas ações na região e na vida dos seus trabalhadores.

A sua localização em área rural aparece, portanto, como uma variante ao padrão desenhado por um surto eminentemente urbano. A instalação da fábrica nesse local levava o progresso para o interior da cidade, para um território até então pouco estruturado. Isto é, ao instalar uma fábrica em plena área rural, mesmo sendo essa região no Distrito Federal, a Companhia Progresso Industrial do Brasil levava o desenvolvimento e a modernização a um espaço ainda caracterizado pelo modo de vida das fazendas.

A diferença marcante da Fábrica Bangu em relação às outras fábricas está ligada diretamente ao espaço geográfico que a companhia ocupou na capital brasileira,

e isso foi algo que influenciou decisivamente na organização do seu espaço fabril (OLIVEIRA, 2006).

A região era praticamente inabitada, além de contar com pouca estrutura. Para se ter ideia, havia na região apenas uma rua, a Estrada Real de Santa Cruz, que foi aberta para permitir a comunicação com as Sesmarias dos Jesuítas, que se estendiam pelo litoral até as proximidades de Itaguaí (SANTOS JUNIOR, 2012). Com a expansão da indústria, logo se abriram outras duas ruas, a Estevão, nome do então presidente da fábrica, e a Fonseca, em homenagem ao diretor Manuel Moreira Fonseca. Foi nessas duas ruas que começou a ser erguida uma vila operária para técnicos e operários, com 95 casas, sendo uma delas localizada no fim da Estrada do Engenho, para a residência do Administrador da fábrica<sup>3</sup>.

Como era habitual no restante da cidade, as primeiras casas da vila operária não se destinavam aos operários menos favorecidos, mas aos mestres e contramestres. De acordo com Freitas (2005), essas primeiras casas possuíam três cômodos em tijolos e um pequeno anexo em madeira, nos fundos, utilizado como cozinha. Ainda de acordo com a autora, nessa época, as “casinhas” da Fábrica Bangu não possuíam sequer sanitários, que foram construídos mais tarde, em 1895, do lado de fora das casas, hábito considerado higiênico na época.

Mesmo distante do centro da cidade, a região era de fácil acesso. A Estrada de Ferro Central do Brasil reduzia o percurso até o centro em uma hora, quase o mesmo tempo que se levava em carris de bonde da Gávea ou Tijuca até o centro da cidade (FREITAS, 2005). Sem contar que o transporte ferroviário permitia um volume maior de carga transportada, reduzindo os gastos. Nesse sentido, a ferrovia transformou-se num fator de suma importância na compreensão de sua localização e organização do seu espaço fabril.

Outro fator importante para a escolha do local foi a abundância de água na região, em contraste com os problemas de abastecimento no Rio de Janeiro. A Freguesia de Campo Grande possuía terrenos com várias cachoeiras e rios (FREITAS, 2005). Nesse sentido, até mesmo em função da utilização da energia a vapor, a água era um componente imprescindível para as indústrias têxteis nas seções de branqueamento, tinturaria e estamperia para o resfriamento das máquinas e conservação da temperatura, pontos fundamentais para determinar a qualidade do tecido e a manutenção das máquinas.

Com o término das obras em 1892, a vila operária transformava significativamente as ações do bairro, acentuando as diferenças entre a realidade fabril-urbana

---

<sup>3</sup> Esta casa, chamada de “Chalet” pelos operários, tinha um importante papel nas negociações comerciais; era nessa casa que se hospedavam as personalidades que visitavam a Fábrica.



da agrícola-rural. Por outro lado, essa transformação correspondia à ocupação de novas áreas habitacionais em função da oferta de novos empregos que atraíam um grande número de trabalhadores para a região, provocando uma aceleração de construções ilegais no terreno da própria companhia.

Diante disto, a fábrica via-se na obrigação de repensar o seu espaço físico, permitindo que qualquer operário, “mediante prévio exame e aprovação das competentes plantas, possa construir também, se o desejarem, casas para sua moradia” (RELATÓRIO DA COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL, 1907). Segundo os relatórios da empresa, essa exigência servia para evitar o crescimento fora dos preceitos higiênicos entendidos pelo corpo de dirigentes da fábrica, além de garantir mensalmente a quantia de 4\$000 (RELATÓRIO DA COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL, 1907).

Por conta desses fatores, a população banguense crescia significativamente. Em 1895, a região contava com cerca de mil habitantes, sendo possível apontar um grande número de estrangeiros na região. Destes, faziam parte cinquenta famílias italianas, cinquenta portuguesas, dez inglesas e dez de outras nacionalidades (SILVA, 1985). O restante da população era composto por ex-escravos e brasileiros vindos de outras regiões do Brasil, principalmente da área rural. Em 1900, essa mesma população já era estimada em quatro mil habitantes, o que demonstra um crescimento de 300%.

No mesmo ano, foi criada a “Cooperativa do Bangu”, um enorme barracão onde funcionava um armazém e cujos trabalhadores poderiam fazer suas compras e serem descontados em folha de pagamento. O objetivo da cooperativa era o de complementar o papel do engenho e da empresa agrícola, gerando uma autossuficiência na produção e distribuição de alimentos. Os arrendatários da Companhia poderiam colocar a sua produção agrícola para ser vendida. A fábrica, assim, passava a investir mais na ampliação da infraestrutura do núcleo urbano-fabril, dando uma dimensão maior àquela relação que já existia entre a fábrica e a vila operária.

Já em 1906, sua população era estimada em cerca de 6.317 habitantes, o que representou 55% de crescimento referente ao dado anteriormente. Desse número, Silva (1985) afirma que 1.500 eram trabalhadores da Fábrica Bangu, o que revela a importância da indústria como centro econômico catalisador. Ainda de acordo com a autora, torna-se evidente que esse crescimento demográfico corresponde ao desenvolvimento da Companhia Progresso Industrial do Brasil, instituindo, concomitantemente, um polo produtivo e um mercado consumidor.

Vale salientar que, neste período, a Companhia investiu na melhora do sistema de esgoto da região, substituindo as antigas fossas por outras mais higiênicas, com o escoamento para poços dissolventes (fossa italiana). Simultaneamente, a direção

da fábrica destinou uma área para formação de um mercado permanente, onde os rendeiros e pequenos produtores rurais da região poderiam vender seus produtos. Segundo Oliveira (2006), antes disso era feito somente aos domingos sob a forma de uma feira, que funcionava em frente à fábrica, no campo de futebol. Com o deslocamento da feira e a filiação do Bangu Athletic Club à Liga Metropolitana de Football, a área passou a ser destinada exclusivamente à prática do esporte.

Todas essas transformações ocorridas em Bangu ao longo da década de 1910 foram resultado de uma orientação que optou pelo estreitamento das relações capital-trabalho, por meio de um modelo nitidamente urbano-fabril, fruto da ampliação da escala de produção capitalista do centro urbano-industrial do Rio de Janeiro. Como aponta Oliveira (2006), essa metamorfose torna-se patente na chegada da luz elétrica através da “Light and Power”, na criação da linha circular e no aumento do número de viagens de trens para a região. Ainda de acordo com o autor, tratava-se de uma reforma de modernização que ampliou a escala de produção da fábrica e sua capacidade produtiva. Isso permitiu, por um lado, que a fábrica expandisse sua produção ao longo dessa década e, por outro, a melhoria da qualidade e a diversificação dos tipos de tecidos, fazendo que ela atravessasse duas crises, a de 1913 e a de 1918, sem maiores problemas.

## **BANGU E ANDARAÍ: “CLUBE DA FÁBRICA” E UM “CLUBE DE FÁBRICA”**

A criação do Bangu partia de um grupo de técnicos estrangeiros que iniciava com os dirigentes da fábrica uma relação que estabelecia o grande interesse que se passava a ter pela agremiação. Naquele momento a população do bairro contava com pouco mais de seis mil habitantes, que direcionavam suas atividades em torno da fábrica, o que transformava o futebol em uma das principais opções de lazer dos moradores da região. Isto é, sua própria localização revelava a estreita relação que, desde seu surgimento, estabelecia com a companhia na qual trabalhavam seus sócios (PEREIRA, 2000).

Instituído o vínculo, a fábrica criou elementos necessários para o desenvolvimento da agremiação, entre eles a construção de um campo para a prática do esporte, de frente para a Estação de Ferro, em linha paralela com a Rua Estevão, feito com grama inglesa retirada do próprio jardim da companhia, sob as ordens do administrador da fábrica João Ferrer.

Com a fundação da Liga Metropolitana de Football, em 1905, o clube se reestruturaria, construindo uma sede social apropriada para a agremiação. Como era de se esperar, o terreno destinado foi cedido pelos administradores, e a construção seguiu os mesmos princípios estruturais arquitetônicos da fábrica.

Essa área, uma espécie de extensão recreativa da fábrica, representava uma continuidade do espaço do trabalho. Suas instalações se confundiam com as da companhia, compondo harmoniosamente um conjunto arquitetônico construído pela empresa no distante bairro fabril. De acordo com Pereira (2000), era normal, desse modo, que a empresa oferecesse ao clube uma estrutura adequada para seu funcionamento, tanto na parte física, como na compra de materiais, móveis, utensílios, uniforme e no financiamento dos festivais, condicionando o clube como mais um departamento da empresa.

A solicitação de recursos era encaminhada ao Presidente Honorário do clube, cargo definido claramente no artigo quatro em seus estatutos – “o presidente honorário do *club* sempre será o diretor gerente da Companhia Progresso Industrial do Brasil, que será consultado em todas as resoluções tomadas pela diretoria, estranhas a estes estatutos” (DIÁRIO OFICIAL, 1918, p. 2510). Isto é, o administrador gerente avaliava e designava os recursos necessários para o bom andamento do clube. Suas ações interferiam diretamente na política do grêmio, principalmente no controle e na composição de seus quadros e dirigentes (ACTA DA SESSÃO DA DIRETORIA DO BANGU ATHLETIC CLUB, 1909).

Qualquer obra ou evento realizado pelo clube precisava de autorização prévia da fábrica, até mesmo jogos e torneios, como a disputa da Taça Ferrer, em que o administrador impôs o número de competidores, a data e a condição de participação: “só poderá tomar parte neste torneio, jogadores que são empregados da Cia. Progresso Industrial do Brasil” (ACTA DA SESSÃO DA DIRETORIA DO BANGU ATHLETIC CLUB, 1911). Essas ações não eram restritas ao clube banguense. Em geral, as fábricas exerciam sua influência sobre os centros esportivos.

Fundado em 9 de novembro de 1909, com o objetivo de “promover e facilitar o desenvolvimento physico de seus associados por meio dos sports athleticos em geral, e em particular, pela prática do foot-ball” (ESTATUTOS DO ANDARAHY ATHLETIC CLUB, 1919, p. 1), o Andarahy Athletic Club buscava, entre os administradores da Fábrica Cruzeiro, assim como os outros clubes fabris, recursos necessários para a estruturação do clube.

A construção de um campo tornou-se prioridade entre os fundadores<sup>4</sup>. Logo, os senhores Domingos Alves Bebianno e Alfredo Coelho da Rocha, representantes da Fábrica Cruzeiro, providenciaram um terreno, localizado na Rua Prefeito Serzedello, n. 198, esquina com a Rua Theodoro da Silva, para construção de um campo e uma

---

<sup>4</sup> Libanio da Rocha Vaz (presidente), Dr. Carlos da Rocha Braga (vice-presidente), Antonio Miranda (1º secretário), Dr. José Pinkus (2º secretário), José de Souza Ávila (1º tesoureiro), João Martins da Gloria (2º tesoureiro), Dr. Silvio e Silva, Cassiano Diniz Gonçalves, João Marianno Ribeiro (comissão fiscal), Alvaro Trindade, Carlos Moreira, Benjamin Martins (suplentes).

sede social. Como em Bangu, os sócios garantiriam, com o auxílio da companhia, instalações requintadas, dignas do luxo mantido pelas agremiações esportivas de maior destaque. Como expôs o redator de *O Imparcial*, após uma visita orientada pelo Secretário do clube Antonio Miranda: “uma visita ao ground do Andarahy”.

O redator destacava as obras radicais feitas na pitoresca Praça de Sport do clube alviverde, “com as quais a diretoria do valoroso clube tem gasto soma regular” (O IMPARCIAL, 1917, p. 10). O campo foi ampliado e elegantemente circunscrito por um gradil pintado de verde, com grama em ótimas condições, e o terreno, que defronta o gol dos fundos, estava sendo convenientemente preparado para receber a elegante arquibancada, toda refundida e decorada com pinturas claras, a qual se destinará exclusivamente aos sócios e às distintas famílias da região. As tribunas tinham cinco graus de elevação, cobertura leve e, pela sua ótima localização, proporcionava ao espectador “desfrutar de todas as fases dos emocionantes jogos que se firem no campo” (O IMPARCIAL, 1917, p. 10).

O que mais impressionava nas obras “conduzidas febrilmente pela ativa diretoria do clube”, eram sua “solidez e beleza”, além da velocidade em que ela avançava (O IMPARCIAL, 1917, p. 10).

Os custos das obras não poderiam ser financiados somente pelo clube. Sua arrecadação, como aponta os dados levantados pelo historiador João Manuel Malaia (2010), era modesta se comparada aos grandes clubes da cidade, o que demonstrava a participação ativa da Fábrica.

### Tabela I

#### Média de arrecadação por jogos em casa

Média de arrecadação por jogo em casa do:	1917	1918
Fluminense	3:400\$000	3:788\$312
América	2:595\$375	2:555\$666
Botafogo	2:286\$444	2:665\$250
Flamengo	1:342\$000	3:726\$500
São Cristovão	2:194\$714	1:757\$428
Andarahy	1:079\$333	1:151\$888
Bangu	629\$666	332\$625
Carioca	401\$900	607\$111
Villa Izabel	251\$061	611\$000

Fonte: Elaborada pelo autor.

Mesmo com a mensalidade paga pelos sócios no valor de 10\$000, dificilmente a agremiação conseguiria dar conta de todos os gastos proporcionados pela grandiosa reforma. Contudo, comparado à arrecadação entre os clubes fabris, o Andarahy apresentava uma autonomia financeira considerável.

Além da importância arrecadada durante os jogos em casa, o valor da mensalidade era maior, havendo, porém, um benefício para os que trabalhavam na Fábrica Cruzeiro. Estes pagavam uma joia de 5\$000 e uma mensalidade de 3\$000<sup>5</sup>, um pequeno desconto, mesmo assim três vezes mais que o valor pago pelos sócios do Bangu<sup>6</sup>. Aliás, esse era o único benefício formalmente exposto em seus estatutos<sup>7</sup>. Como apontou Mario Filho: “a fábrica não deixando de estar perto. Gostando, naturalmente, de ter um clube, uma espécie de parque de diversões para os seus operários. Mas sem aquele cuidado paternal da Companhia Progresso Industrial do Brasil pelo Bangu” (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 91).

Outra fonte de arrecadação estava no aluguel dos campos. Com poucos estádios disponíveis na cidade do Rio de Janeiro, principalmente nos subúrbios, as agremiações, que possuíam um campo próprio, utilizavam esse espaço para complementar a renda do clube. No entanto, no caso específico do Andarahy, ter um campo financiado pela companhia tornava-se alvo de discussões.

No dia 17 de junho de 1922, o periódico *O Exemplo*, órgão que tratava especificamente de assuntos da associação dos operários da Companhia América Fabril, publicou um impasse entre duas agremiações financiadas pela mesma empresa. De acordo com o cronista,

[...] para desfazer dúvidas, tendo em vistas vários boatos, a Directoria do America Fabril officiou a do Andarahy Athletic Club, pedindo consentimento para continuarem a realizar os seus matches do campeonato decorrente no campo deste; o que a Directoria antecessora havia cedido gratuitamente, por tratar-se de um team somente composto de sócios do Club” (O EXEMPLO, 1922, p. 5).

Em resposta, o America Fabril F. C. recebeu um ofício enviado pela diretoria do Andarahy:

---

<sup>5</sup> Estatutos do Andarahy Athletic Club aprovados em 29 de dezembro de 1918.

<sup>6</sup> Ata de fundação do Bangu Athletic Club.

<sup>7</sup> Artigo vinte dos Estatutos do Andarahy Athletic Club aprovados em 29 de dezembro de 1918: “os sócios empregados na Fábrica Cruzeiro continuarão a pagar a jóia de 5\$000 da mensalidade de 3\$000”.

Em resposta ao officio de V.S. Cumpre-me informar que a Directoria deste Club resolveu cobrar a importância de Rs. 50\$000 (cinquenta mil réis) *por cada jogo* no presente campeonato desse grêmio.

Aproveito a oportunidade para fazer sentir a V.S., que motivos financeiros, exclusivamente, foram a razão que determinamos a Directoria a estipular a taxa supra.

Sem mais, sou com estima e subida consideração.

(Ass.) Mario C. Bacellar 1º secretário (O EXEMPLO, 1922, p. 5).

O officio enviado pelo secretário, confirmando a necessidade do pagamento, revelava uma nova relação com a companhia que custeava seus gastos. Surpreso, o redator do periódico não concordava com a atitude tomada “que bem demonstra o espírito de pouco cavalheirismo que existe no seio do Andarahy”, já que a “America Fabril é composta exclusivamente de associados do Andarahy e todos empregados da Companhia America Fabril; razão pela qual não é de justiça este Club pedir tal remuneração” (O EXEMPLO, 1922, p. 5). Ainda de acordo com o autor,

[...] sabe-se que todos os rapazes do America Fabril, immensamente pesarosos por aquelle heidiondo gesto, solicitaram incontinenti, assim como vários sócios operários da Fábrica, sua exclusão do quadro social do Andarahy, sendo, de todos, resolução inabalável.

Por fim, “lamentamos que tal facto tenha succedido, pois só serviu para vir perturbar o bom andamento do America Fabril, tendo como único culpado o Andarahy Athletic Club” (O EXEMPLO, 1922, p. 5).

Com a relação abalada, o clube perdia alguns sócios que tinha em comum com o America Fabril F. C. No entanto, como já havia mencionado no estudo, em nenhum momento a empresa interferiu no caso. De maneira geral, o Andarahy não tinha laços explicitamente estreitos como o Bangu Athletic Club. Embora seu quadro de sócios fosse formado pelo administrador e pelos dirigentes da Fábrica, seus estatutos não expressavam formalmente qualquer ação em que a empresa fizesse valer, dentro do grêmio, seus próprios interesses. Outro ponto importante estava na figura do Presidente Honorário. Este tinha um cunho meramente ornamental, não apresentando qualquer relação com o clube, como informava o artigo dois dos seus estatutos: “serão honorários os que, não pertencendo ao Club, fizerem jus a esse título, a juízo da assembleia” (ESTATUTOS DO ANDARAHY ATHLETIC CLUB, 1919, p. 1).

O Andarahy mantinha o elo que facilitava o alcance de recursos necessários para estruturação do clube. Necessitava do prestígio gozado pelos administradores da fábrica, mas por opção da própria companhia não interferia diretamente nas ações do grêmio esportivo. O Bangu não mantinha em seus estatutos sua ligação com a fábrica. O clube contava com o dinheiro e benefícios que a companhia oferecia. Tecia laços e identidades entre trabalhadores e patrão e, por isso, reconhecidamente, se caracterizava como um clube fabril.

Nesse sentido, a formação dessa identidade estabelecida pelo ambiente fabril, somado ao sentimento clubista, explicava a relação que muitos torcedores passavam a ter com seus times. Embora soubessem diferenciar-se da postura desejada pelos patrões, não assumindo o papel de legítimos representantes da empresa, os jogadores e torcedores desses clubes fabris formavam, com seus pares, uma conformidade que ficava, muitas vezes, claramente definida. Isto é, a organização dessas agremiações esportivas, fundada por trabalhadores das Fábricas e moradores dos bairros, estabelecia um conjunto de elementos – sentimento de pertença, ambiente fabril e sentimento clubista – que o ajudaram na construção de elos de sociabilidade, compartilhados na fundação do Andaraí Athletic Clube e do Bangu Athletic Club.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que a inserção das fábricas foi fundamental para o desenvolvimento da região de Bangu e Andaraí. Em outras palavras, as fábricas criaram os bairros.

No caso específico de Bangu, pode-se afirmar que o isolamento da região contribuiu para essa relação dependente, permitindo o domínio completo das ações do local, inclusive na possibilidade de expansão territorial. A direção da Companhia demonstrava claramente sua pretensão; por um lado, exercer um controle efetivo sobre as condições naturais de produção de sua propriedade fabril e, por outro, fomentar um mercado de força de trabalho ao redor da fábrica por meio do uso de suas terras por rendeiros e parceiros. Portanto, a Fábrica não estava preocupada somente em dar uma destinação econômica às suas terras, que complementasse a atividade fabril, mas também com a manutenção dos seus mananciais, fundamentais para o andamento da produção, assim como fornecimento de força de trabalho necessária à fábrica.

Da mesma forma, o Andaraí teve seu crescimento condicionado pela expansão industrial. No entanto, por se tratar de uma região mais próxima ao centro, o bairro transformou-se num polo industrial com inúmeras fábricas que ajudaram a cristalizar a imagem de bairro operário. Diferente de Bangu, a região não teve um domínio de uma única empresa; seu crescimento se deu num somatório de ações, que permitiram ao Andaraí um entendimento mais complexo, tanto na estrutura (formação de favelas e inúmeras vilas operárias) quanto na possibilidade de lazer.

A instalação das Fábricas, nesses bairros, inicialmente rurais, provocou uma verdadeira transformação, uma mudança muito intensa e inovadora. Essas instalações abriram portas para algo até então totalmente novo, com novas relações de trabalho, capacidade de adquirir energia, social, de lazer, entre outras.

## A “CLUB OF THE FACTORY” AND A “CLUB FACTORY”: THE FOOTBALL IN THE OUTSKIRTS OF BANGU AND ANDARAÍ (1910)

**Abstract:** This study aims to understand the process of organizing the club and its progressive manufacturing and dependent relationship with the companies to which they were bound, especially Bangu and Andarahy. It starts looking for evidence the importance of plants in the construction and structuring of these neighborhoods. In the second phase, the effort focuses on exploring the dependent relationship between the factory and the club, responsible not only for the restructuring of its geographical aspect, but especially in the reconfiguration in leisure time.

**Keywords:** football factory; Andarahy; Bangu.

### REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IplanRio, Zahar, 1997.

ACTA da sessão da diretoria do Bangu Athletic Club. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1909.

ACTA da sessão da diretoria do Bangu Athletic Club. Rio de Janeiro, 21 de março de 1911.

ANTUNES, F. M. R. F. O futebol nas fábricas. **Revista USP**: dossiê futebol, São Paulo, n. 22, p. 102-109, jun./ago. 1994.

BARROS, J. História comparada: um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, v. 1, n. 1, p. 1-30, jun. 2007.

BLOCH, M. **Os Reis Taumaturgos**: o caráter sobrenatural do Poder Régio. França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL. **Relatório da Companhia Progresso Industrial do Brasil**. Rio de Janeiro, 1907.

DIÁRIO OFICIAL. **Extracto Estatutos do Bangu Athletic Club**. 16 de fevereiro de 1918. p. 2510.

DIVERSOS. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1906a, p. 8.

ESTATUTOS do Andarahy Athletic Club. 1919. p. 1.

FOOT-BALL. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1906a. p. 3.



FOOT-BALL. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1906b. p. 4.

FOOT-BALL. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 22 de maio de 1907. p. 4.

FOOT-BALL nos subúrbios. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 de abril de 1907. p. 4.

FREITAS, A. O. **Abalou Bangu! A fábrica Bangu e a república nascente (1889-1914)**. 2005. 131 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas)–Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

LOBO, E. M. L. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)**. Rio de Janeiro: Ibmec, 1978.

MALAIÁ, J. M. **Revolução Vascaína: a profissionalização do futebol e inserção socioeconômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934)**. 2010. 489 f. Tese (Doutorado em História Econômica)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MAYOL, P. Morar. In: CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 37-69.

MELO, V. A. Por uma história comparada do esporte: possibilidades, potencialidades e limites. In: MELO, V. A. (Org.). **História comparada do esporte**. Rio de Janeiro: Shape, 2007. p. 13-29.

OLIVEIRA, M. P. de Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. X, n. 218, p. 51, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-51.htm>>. Acesso em: 14 jul. 2010.

PEDE-NOS a Directoria do America Fabril... **O Exemplo**. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1922. p. 5.

PEREIRA, L. A. M. **Footballmania: uma história social no futebol do Rio de Janeiro: 1902-1938**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

RODRIGUES FILHO, M. **O negro no futebol brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

SANTOS JUNIOR, N. J. **A construção do sentimento local: o futebol nos arrabaldes de Andaraí e Bangu (1914-1923)**. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em História Comparada)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, G. A. A. **Bangu: a fábrica e o bairro. Um estudo histórico (1889-1930)**. 1985. Dissertação (Mestrado em História Social)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

UMA Visita ao groud do Andarahy. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1917. p. 10.

VILA. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1897. p. 3.

WEID, E. V. D. Estratégias empresariais e processo de industrialização: a Companhia América Fabril (1878-1930). **Revista de Historia de La Industria Argentina y Latino-americana**, v. 3, n. 5, segundo semestre, 2009.

WEID, E. V. D.; BASTOS, A. M. R. **O fio da meada**: estratégia da expansão de uma indústria têxtil (1878-1930). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986.

**Contato**

Nei Jorge dos Santos Junior  
E-mail: edfnei@hotmail.com

**Tramitação**

Recebido em 29 de agosto de 2012  
Aceito em 5 de novembro de 2012